

## CONJUNTURA

### Vulnerabilidade Social, Risco e Desastres: A Objetivação do Risco nos Enfoques Institucionais

#### Andrea Lampis

*Ph.D em Política Social pela London School of Economics and Political Science; Andrea é professor associado do Departamento de Sociología da Universidade Nacional de Colombia (2012-atual vinculação), do qual foi também diretor entre 2016 e 2018. Durante os anos entre 2014 e 2018 foi também diretor e editor da Revista Colombiana de Sociología, a qual contribuiu posicionar em Scopus e Scielo. Desde o ano 2013 é coordenador do grupo de pesquisa Mudança Ambiental Global, Território e Política Ambiental do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). Na atualidade é becario da FAPESP, processo 2018/17626-3, no Instituto de Energia e Ambiente da USP. Sua pesquisa atual foca-se na 'Governança da Energia no Contexto da Macrometrópole Paulista'.*



#### PALAVRAS CHAVE

vulnerabilidade social  
risco  
desastres  
discurso  
objetivação

O tópico dos desastres é um tradicionalmente pensado e reconhecido como um problema de engenharia, geologia, ciências naturais e planejamento urbano, não é por maior precisão que ainda se fala de desastres "naturais". No entanto, para entender os desastres e a vulnerabilidade a eles, assim como a geração e gestão de riscos, além da compreensão da dinâmica física e dos processos naturais, é necessário incluir processos sociais, econômicos e políticos.

Embora avanços importantes tenham sido feitos na América Latina na compreensão da complexidade que está na raiz dos desastres (Bueno & Bello, 2014; Câmara, 2013; Coupé, 2011; Dirección Técnica Recursos Naturales y Aseo, 2010; Locatelli et al., 2017; "Managing Climate Extremes and Disasters in Latin America and the Caribbean: Lessons from the IPCC SREX Report," 2011; Montaña, 2013; Olmos, 2015; Welz & Krellenberg, 2016), ainda há uma falta de consciência clara na esfera institucional que tornará operacional esse conhecimento, assim como vontade política e reconhecimento social e cultural que promove as mudanças necessárias. Atualmente, o arcabouço institucional permanece muito focado nos aspectos físicos e, por fim, limitado por uma abordagem que enfoca os efeitos sem compreender as causas profundas dos desastres que, como ilustrado, são de natureza social, econômica e sociopolítica (Lampis, 2016).

Faz já mais de uma década que o PNUD passou o relatório *Reducing Disaster Risk: A Challenge for Development* à relação entre o risco de desastres e o desenvolvimento. Em particular, o trabalho deixava em claro a relevância dos efeitos dos desastres tanto para o desenvolvimento humano como para o desenvolvimento entendido como crescimento econômico e a relação de dobre via que existe entre a intervenção sobre o meio ambiente e o desenvolvimento (UNDP, 2004).

O trabalho do PNUD para o relatório sobre desenvolvimento humano de 2008 sobre mudança climática e desenvolvimento humano envolveria ao âmbito institucionalizado da cooperação multilateral varias das perspectivas criticas produzidas na década precedente, possivelmente sobre todas aquela da *double-exposure* (Brien & Leichenko, 2008; O'Brien et al., 2004) que conceptualiza como os pobres sejam os mais vulneráveis a uma dobre tipologia de crise, económica e ambiental em relação com o desafio da adaptação a mudança climática.

A maioria das instituições metropolitanas que trabalham na área de Gestão do Risco de Desastre (GRD), no entanto, tende a ignorar na prática, esta relação e considera o risco de uma forma objetivada, muitas vezes assemelhando-se o risco e, portanto, a vulnerabilidade mesma à dimensão biofísica dos dois fenómenos.

Essa objetificação consiste na construção de um dispositivo concetual dentro do qual o risco tende a se materializar em uma probabilidade de evento ou quantidade de impacto ou dano gerado (Lampis, 2017). Isso geralmente envolve o uso de dados e evidências sobre ameaças para descrever ou quantificar o risco. As implicações desta operação conceitual vão muito além do horizonte dos engenheiros e decisores de política pública tradicionais no campo da GRD segundo os quais o problema seria técnico; ou seja, estaria na confusão entre risco e ameaça.

A verdadeira complexidade fica no caráter de nós como seres sociais sumidos em um contexto de riscos relacionados com nossa modernidade reflexiva. Como Beck (1992) temos que reconhecer que o risco tem uma distribuição e que fica

geralmente associado com maiores níveis de vulnerabilidade social. A ação mesma de apresentar para as políticas públicas a questão de quem será o mais atingido, aborda a questão de saber se nossa intervenção técnico-científica não produz mais violência, mais danos ambientais, mais exclusão social e desigualdade (Jasanoff, 2004).

Tanto quanto os conceitos de "risco", "adaptação" e "sustentabilidade", os conceitos de "Planeta Terra" e "Natureza" são também o resultado de uma racionalização da natureza que termina objetivando-a. Esta operação não é apenas o fruto da modernidade, mas também o legado de um uso colonial de conceitos que fazem parte de uma elaboração cultural complexa que anda de mãos dadas com a exploração de pessoas e lugares (como recursos e com seus recursos). Nenhuma mitigação, adaptação ou sustentabilidade da mudança climática seria possível sem um poderoso discurso convincente baseado na essência sagrada de nosso planeta como uma "casa comum" que precisa ser protegida (Lampis, 2017).

**Nenhuma mitigação,  
adaptação ou  
sustentabilidade da  
mudança climática seria  
possível sem um poderoso  
discurso convincente  
baseado na essência  
sagrada de nosso planeta  
como uma "casa comum"  
que precisa ser protegida**

Os conceitos com suas definições e usos nos falam sobre como a realidade deveria ser idealmente, que aspetos são relevantes e, no final, o que conta mais e o que conta menos. Existe uma necessidade profunda de renovar a compreensão da questão ambiental sobre todo nas instituições públicas e privadas envolvendo as problemáticas da justiça socioambiental, da relação entre risco e adaptação e direitos abrindo assim um diálogo entre ciências naturais, ciências sociais, administração pública e comunidades.

## REFERÊNCIAS

- Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London & New York: SAGE Publications/Sage UK: London, England.
- Brien, K. O., & Leichenko, R. (2008). Human security, vulnerability, and sustainable adaptation. *Human Development*, 47.
- Bueno, A. M., & Bello, G. P. (2014). El desbordamiento de las políticas públicas: La ola invernal en Bogotá. *Bitacora Urbano Territorial*, 24(2).
- Câmara, J. B. D. (2013). Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 125–146. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200008>
- Coupé, F. (2011). La gestión del riesgo en el valle de Aburrá. *Una larga Historia*. *Gestión y Ambiente*, (2), 17–44. Retrieved from <http://www.revista.unal.edu.co/index.php/gestion/article/view/25469>
- Dirección Técnica Recursos Naturales y Aseo. (2010). *Estudio Nacional Sobre Cambio Climático De Santiago De Cali*, 1–71. Retrieved from [http://www.contraloriacali.gov.co/archivos-pdf/archivos/2010/Recursos/otros/Estudio\\_Cambio\\_Climatico\\_junio\\_2010.pdf](http://www.contraloriacali.gov.co/archivos-pdf/archivos/2010/Recursos/otros/Estudio_Cambio_Climatico_junio_2010.pdf)
- Jasanoff, S. (2004). Ordering knowledge, ordering society. In S. Jasanoff (Ed.), *States of Knowledge: The Co-Production of Science and the Social Order* (p. 336). London: Routledge. Retrieved from <https://www.taylorfrancis.com/books/e/9781134328345>
- Lampis, A. (Ed.). (2016). *Cambio ambiental global, Estado y valor público* : (1a ed.). Bogotá: CES/UNAL e CLACSO.
- Lampis, A. (2017). Concepts, Connections, and Disruptions. *Disaster Risk Reduction and Climate Change Adaptation*. In I. Kelman, J. Mercer, & J. C. Gaillard (Eds.), *The Routledge Handbook of Disaster Risk Reduction Including Climate Change Adaptation* (p. 528). London & New York.
- Locatelli, B., Aldunce, P., Fallo, A., Le Coq, J.-F., Sabourin, E., & Tapasco, J. (2017). Research on Climate Change Policies and Rural Development in Latin America: Scope and Gaps. *Sustainability*, 9(10), 1831. <https://doi.org/10.3390/su9101831>
- Managing Climate Extremes and Disasters in Latin America and the Caribbean: Lessons from the IPCC SREX Report. (2011).
- Montaña, E. (2013). *Escenarios de cambio ambiental global, escenarios de pobreza rural* (1st ed.). Buenos Aires: CLACSO.
- O'Brien, K., Leichenko, R., Kelkar, U., Venema, H., Aandahl, G., Tompkins, H., ... West, J. (2004). Mapping vulnerability to multiple stressors: climate change and globalization in India. *Global Environmental Change*, 14(4), 303–313. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2004.01.001>
- Olmos, P. (2015). *Evaluación de la variabilidad hidroclimática desde modelos climáticos regionales a escala de cuenca*. Universidad Politécnica de Cartagena, 115. Retrieved from <http://repositorio.upct.es/handle/10317/5203>
- UNDP. (2004). *Reducing Disaster Risk: a Challenge for Development—a Global Report*. *Disaster and Crisis Management*. Retrieved from <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/preparing-for-disaster/risk-reduction/reducing-disaster-risk/>
- Welz, J., & Krellenberg, K. (2016). Vulnerabilidad frente al cambio climático en la Región Metropolitana de Santiago de Chile: Posiciones teóricas versus evidencias empíricas. *Eure*, 42(125), 251–272. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612016000100011>